

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

LIZEY SILVEIRA DA SILVA

**Apontamentos Sobre as Manifestações dos Trabalhadores em  
Educação e dos Estudantes das Escolas Públicas Estaduais  
Um Estudo de Caso**

Porto Alegre

2016.

LIZEY SILVEIRA DA SILVA

**Apontamentos Sobre as Manifestações dos Trabalhadores em  
Educação e dos Estudantes das Escolas Públicas Estaduais**

**Um Estudo de Caso**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciada em  
Ciências Sociais pelo Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul – IFCH – UFRGS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosimeri Aquino da Silva

Avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Russel Teresinha Dutra da Rosa

Porto Alegre

2016.

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Lizy Silveira da  
Apontamentos sobre as Manifestações dos  
Trabalhadores em Educação e dos Estudantes das  
Escolas Públicas Estaduais - Um Estudo de Caso /  
Lizy Silveira da Silva. -- 2016.  
45 f.

Orientadora: Rosimeri Aquino da Silva.  
Coorientador: Russel Teresinha Dutra da Rosa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Movimento de Trabalhadores em Educação. 2.  
Estudantes. 3. Ocupações de Escolas. I. Silva,  
Rosimeri Aquino da, orient. II. Rosa, Russel  
Teresinha Dutra da, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pelo apoio e incentivo durante toda a jornada universitária. Em especial a meu marido Lucas Nunes de Souza e também a minha mãe Carmen Lucia Pereira da Silveira e minha sogra Evanir Nunes de Souza que cuidaram de minha filha, Maria Alice, para que pudesse frequentar as aulas, os estágios e escrever o presente trabalho.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais e da Faculdade de Educação que estiveram comigo nesta jornada e em especial a minha orientadora, Rosimeri que me acolheu nesta etapa final.

Por final, agradeço enormemente aos meus interlocutores de campo, professores, funcionários de escola, alunos. Sem eles o trabalho não existiria.

*“Ninguém tira o trono do estudar  
Ninguém é o dono do que a vida dá  
E nem me colocando numa jaula porque  
sala de aula essa jaula vai virar”*

*[O trono do estudar - Dani Black]*

### **Resumo:**

O presente texto desdobra-se de uma pesquisa que investigou as percepções docentes e discentes perante os movimentos de paralisações do magistério gaúcho no ano de 2015 e meados de 2016. Nele abordo os possíveis motivos que levaram os trabalhadores em educação e estudantes a aderir a greves, paralizações e ocupações, como tem sido a representatividade do sindicato CPERS para a categoria e como são os discursos que legitimam os movimentos. Para tal, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas com professores, observações participantes em reuniões dentro de escolas, em núcleo do sindicato, em ocupação de escola e atos de protestos realizados em Porto Alegre e Viamão. Foram analisadas também redações realizadas por alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre os movimentos de paralisações e consultas a trabalhos acadêmicos com temáticas sobre movimentos sociais, movimentos de docentes e movimentos sindicalistas.

**Palavras-chave: Trabalhadores em Educação. Paralisações. Estudantes. Escolas.**

## Sumário

1. INTRODUÇÃO:.....	9
2. METODOLOGIA.....	10
3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E SUAS PAUTAS ..	11
3.1. QUANDO O RECONHECIMENTO ENTRA EM PAUTA.....	18
3.2. A RELAÇÃO COM O SINDICATO .....	21
3.3. A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	28
3.3.1. AS REDAÇÕES.....	28
4. NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA .....	34
4.1. OCUPAÇÕES .....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS .....	42
7. APÊNDICE .....	43
8. ANEXOS.....	44

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- A Identidade na Camiseta.....	13
Figura 2 - Professor em Ato na SEDUC RS.....	15
Figura 3 - Trabalhadores em Protestos .....	20
Figura 4- Ato Viamão .....	23
Figura 5: Votação Assembleia.....	25
Figura 6: Percentual de Apoio a Greve.....	33
Figura 7- Ato Unificado: Professores e Estudantes .....	39
Figura 8- Material para Ocupações. ....	44

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Defasagens Salariais .....	16
Tabela 2- Histórico de Greves - CPERS Sindicato .....	21
Tabela 3 - Matriz de conteúdos existentes – Redações .....	29
Tabela 4 - Frequência das Categorias.....	33
Tabela 5 - Frequência de Aparição de Categorias .....	33
Tabela 6 - Páginas no Facebook .....	37



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

SEDUC – Secretaria da Educação

## 1. INTRODUÇÃO:

A proposta de desenvolvimento deste trabalho se deu com as disciplinas de Estágio Docente de Sociologia I e II, através da participação no cotidiano da escola e da proposta de escrita de um artigo com tema educacional na disciplina de Estágio II, no segundo semestre de 2015. No decorrer daquele ano, reivindicações, paralizações e protestos de trabalhadores em educação se espalharam por praticamente todas as escolas do Estado do Rio Grande do Sul e, particularmente, na escola onde realizava meu estágio. Em meio a todos estes acontecimentos ali estava eu como professora estagiária no Ensino Médio observando e também vivenciando a todos estes acontecimentos.

Os movimentos sociais surgem quando um determinado grupo social luta contra algo que lhe parece injusto, que o prejudica ou discrimina e na literatura sociológica estes aparecem no âmbito da ação social coletiva. Para Toraine “os conflitos de classe e acordos políticos constituem o fermento da ação social” (Malfatti, 2011) e, segundo o autor, os movimentos sociais se inserem na sociedade a partir de conflitos de interesses e para ele estes são um dos grandes objetos da sociologia. Diante disto, considerei importante, para uma pesquisa sociológica em educação, refletir sobre esses movimentos de paralisações nas escolas estaduais que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul a fim de contribuir com os estudos sobre movimentos sociais dos trabalhadores em educação.

O objetivo deste trabalho busca então compreender a percepção da comunidade escolar sobre a greve, a percepção da classe de trabalhadores sobre a atuação do sindicato, os discursos presentes na classe para a legitimidade do movimento e a inserção dos estudantes como sujeitos atores nestes movimentos. Para isso, o presente trabalho se estrutura em quatro partes: a primeira aborda a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo. A segunda parte trata da contextualização teórica sobre os movimentos sociais do magistério bem como a análise de entrevistas, redações e observações participantes realizadas no decorrer da pesquisa de campo. A terceira parte introduz a atuação estudantil, a partir das ocupações nas escolas. A última parte traz algumas considerações finais sobre os resultados obtidos.

## 2. METODOLOGIA

Como metodologia para a elaboração deste estudo foi utilizado o método de estudo de caso. *De acordo com Yin:*

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. (Yin. 2005, p. 32),

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas:

- Elaboração de entrevistas semiestruturadas com quatro docentes da educação básica em escola pública que paralisaram suas atividades;
- Redações elaboradas por 118 estudantes de Ensino Fundamental e Médio com faixa etária entre 12 e 25 anos;
- Observações participantes em três reuniões de professores sobre o movimento de paralisações; duas reuniões em diferentes escolas e uma reunião em um dos núcleos do sindicato;
- Observação participante em três atos de protesto de professores: na SEDUC do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, no centro do município de Viamão e na câmara de vereadores de Viamão;
- Observação participante em assembleia de estudantes;
- Observação participante em escola ocupada em Viamão.

As entrevistas foram gravadas, transcritas (buscou-se transpor o significado com fidelidade na narrativa do entrevistado) e, posteriormente, analisadas. No que se refere às observações participantes foi levado em conta a seguinte definição: *a observação é um ato de perceber um fenômeno, muitas vezes com instrumentos, e registrá-lo com propósitos científicos* (ANGROSINO, 2009, p. 74. ). Além de utilizar a observação como uma técnica de pesquisa com instrumentos e propósitos definidos, ela também consiste em observar o fenômeno da maneira mais abrangente possível de modo a obter resultados consistentes. O estudo aqui proposto vai nesta linha de atuação: “A observação participante raramente envolve um ato isolado. Em vez disso, ela consiste numa série de passos que vão em direção a regularidade e precisão inerentes a nossa definição de trabalho” (ANGROSINO. 2009. p 78).

Para a análise dos dados obtidos em campo foi realizada uma análise de conteúdo. Para Bardin, a análise de conteúdo se caracteriza como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 1979. p. 42)

O objetivo da análise de conteúdo, para as entrevistas e redações, se caracteriza por compreender os sentidos que os sujeitos dão aos acontecimentos que estão a sua volta e que se expressam por meio de textos e narrativas. Neste estudo de caso, tal método auxilia o pesquisador a compreender as representações que o indivíduo faz perante a sua realidade.

Através das redações dos estudantes e das entrevistas realizadas algumas categorias presentes foram extraídas. A finalidade foi a de encontrar no texto regularidades e linhas de pensamento que se repetem. Com isto, no tratamento dos dados, foi elaborada matriz e gráficos que indicam as frequências de presença de conteúdos existentes nos textos. Tal técnica vem de acordo com o argumento de que “ [...] o objetivo de toda análise de conteúdo é o de assinalar e classificar de maneira exaustiva e objetiva todas as unidades de sentido existentes no texto. Além de permitir que sobressaiam do documento suas grandes linhas, suas principais regularidades. “ (OLIVEIRA et al, p. 11).

### 3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO E SUAS PAUTAS

Os movimentos de professores e outros profissionais como bancários e médicos ganharam notoriedade no país com o processo de abertura política. Segundo Amorim, nos fins dos anos 70 e início dos anos 80 foram os movimentos de professores os responsáveis pela maioria das greves ocorridas naquele período.

Naquela época, em meio à luta por liberdades políticas, Arroyo (1980) observa uma identificação entre a classe operária e a classe de educadores.

Para o autor, começa a surgir, através da prática mobilizatória dos docentes e na pesquisa educacional, uma nova identidade docente. Arroyo defendia a associação dos professores com as demais classes de trabalhadores na luta por suas demandas como mostra o trecho abaixo:

A nova consciência e nova prática dos trabalhadores da educação são se sentirem como trabalhadores e sentirem a necessidade de se associarem como tais, e organizarem sua luta nos mesmos moldes dos trabalhadores da produção, do comércio [...] e, sobretudo se sentirem solidários nos mesmos objetivos de questionar o modelo sócio-político e econômico, o Estado, a organização do trabalho [...] que os gera e explora como trabalhadores. (ARROYO, 1980, p. 17-18)

Este processo de proximidade entre a causa dos professores e as causas das demais profissões faz surgir na classe docente uma nova percepção:

Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral. (GADOTTI, 1996, p. 15)

Com essa nova percepção sobre a posição social da profissão modificam-se também as próprias formas de nomear a classe destes professores, como afirma Gadotti:

A denominação 'trabalhadores em educação', em vez de 'educadores', 'professores' ou 'profissionais da educação', reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. (GADOTTI, 1996, p. 15)

Peralva analisa este fenômeno como um processo de "proletarização" do trabalho docente. Este processo acaba por deslocar o professor, de uma situação social de certa forma privilegiada, para uma outra situação onde passa a ser, simplesmente, um trabalhador da área de educação, como qualquer outro trabalhador assalariado. A autora, no entanto, é contrária a esta percepção de comparar o trabalho docente com o restante de trabalhos assalariados existentes na sociedade. Para ela, a escola tem importante papel na sociedade e o trabalho do professor, com a produção do conhecimento, o torna de uma classe trabalhadora diferenciada das demais. Ela afirma:

Do mesmo modo, nunca a escola foi tão importante quanto é hoje, do ponto de vista da reprodução das condições de funcionamento da sociedade, nunca ela traduziu tão diretamente quanto hoje os níveis de educação sistemática em termos de hierarquia social. Assim, a proletarização do magistério aparece também como contrapartida de

uma massificação da educação formal, resultado, em muitos casos, de movimentos em prol da democratização do acesso ao ensino secundário e superior; mas que se explica também pela novidade das transformações mencionadas. O professor não é, portanto, um assalariado qualquer. Ele lida com a matéria-prima especial, o conhecimento, que permeia toda a produção e o funcionamento da sociedade moderna e suas relações de classes. (PERALVA, 1988, p. 65)

No caso do Rio Grande do Sul, esta identificação com o termo “trabalhadores em educação” pode ser encontrada entre professores como podemos ver nas imagens a seguir:

*Figura 1- A Identidade na Camiseta*



É recorrente nos atos e manifestações de professores em geral a presença de cartazes, bandeiras, microfones, apitos e etc. A figura 1 corresponde a uma fotografia tirada em manifestação de professores, funcionários, estudantes e outras categorias de classe em frente à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, localizada em Porto Alegre, e destaca-se por mostrar o uso de camisetas por parte de manifestantes, com a frase: Sou trabalhador em educação.

O sindicato da categoria, CPERS, atua não apenas na representação dos professores das escolas públicas estaduais. Este tem a função de representar todos os servidores que trabalham em escolas estaduais, como funcionários de cozinha, limpeza e monitoria por exemplo. Assim, tal identificação pode vir da concepção de que é necessário abarcar todos os indivíduos que fazem parte do

trabalho na escola. Através da unificação das categorias em um único sindicato e da condição de servidores públicos estaduais, muitas das demandas apresentam-se do grupo como um todo. Touraine afirma que o liberalismo desenvolve o indivíduo, buscando dotá-lo de racionalidade. Todavia, elimina o sujeito, pois este acaba por apenas representar papéis estáticos dentro da sociedade e se anula como sujeito. Nesta linha, Frigotto também critica os efeitos do neoliberalismo para o trabalho docente, visto que o objetivo deste é “produzir cidadãos que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos ‘participativos’, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos do consenso passivo” (FRIGOTTO, 1998, p.48). Além de precarizar as condições de trabalho nas sociedades, a profissão docente também se insere, o neoliberalismo também pode se beneficiar com a eliminação de especificidades profissionais como é o caso da junção sindical entre professores e funcionários de escolas. Todavia, caberia um estudo mais aprofundado para investigar as causas e consequências deste fenômeno, cabendo aqui apenas a reflexão.

Já na contramão desta realidade neoliberal está a construção do sujeito como ator. Para Touraine, esta construção é fruto de um movimento social e ocorre quando este contesta a ordem imposta a ele:

(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (Touraine, 1998, p. 262).

O sujeito pode se tornar agente de mudança ou também agente de contenção de mudança. Quando este indivíduo voltado para si, como sujeito, se torna agente de mudança ou de contenção, agindo para si e/ou para a coletividade, ele se torna um sujeito-ator.

Os movimentos de greve e paralizações dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul em 2015, sob o ponto de vista de Touraine, estariam agindo como agentes de contenção de mudanças. Dizemos isso, pois, a maior reivindicação da categoria era o impedimento do parcelamento dos salários destes profissionais, cuja justificativa do atual governo é a inexistência de recurso financeiro devido à crise financeira decretada pelo poder executivo. Tal

reivindicação de contenção de mudança, podemos observar nos trechos de duas entrevistas realizadas e da imagem de um professor levantando um cartaz em Ato:

- O ponto principal da greve hoje em dia é o salário, não é o piso nem nada. É o salário dentro dos projetos que ele tá querendo mudar a carreira do magistério. (Professora de escola estadual).

- Que agente tá brigando por uma coisa que é o mínimo que a gente precisar ter que é o nosso salário pago em dia. (Professora de escola estadual)

*Figura 2 - Professor em Ato na SEDUC RS*



Os dados coletados mostram a principal causa de adesão às paralizações dos trabalhadores no ano de 2015: a reivindicação salarial. Somada a esta, estão também a não alteração dos direitos previdenciários e de carreira dos professores, contra o congelamento dos reajustes salariais e contra a ação de impedir que sejam contratados ou nomeados novos funcionários. Para Peralva, a reivindicação salarial junto com questões ligadas à organização da carreira são as que possuem maior força para deflagrar uma mobilização. Para a autora "Ela é importante porque coloca na ordem do dia a necessidade de uma inversão



mais consequente de recursos na área da educação pública. ” (PERALVA, 1988, p.66).

No Brasil, a questão salarial do magistério se mostra extremamente discrepante em relação a outras funções de trabalho. Em geral, os vencimentos salariais do magistério estão bastante abaixo dos vencimentos de outras profissões com o mesmo grau e nível de formação como explica Pinto:

[...] os professores brasileiros ganham menos que outros profissionais do setor público do País, bem menos que seus colegas de outros países de renda per capita equivalente, possuem uma estrutura de carreira pouco estimulante a permanecer na profissão e constata-se uma grande discrepância salarial entre Estados da Federação e entre redes de ensino (PINTO, 2001, p.117).

Assim, além da diferença salarial da profissão docente perante outras profissões ainda existem dentro da questão salarial docente diferenças em âmbitos governamentais e regionais. Municípios, Estados e Distrito Federal, contam com seus próprios sistemas de ensino e regulamentações próprias e isto acaba por gerar bastante heterogeneidade nos aspectos referentes à carreira e salário dos professores entre estados e entre municípios. No contexto específico do Rio Grande do Sul, verifica-se que o rendimento salarial dos trabalhadores em educação se caracteriza como um dos mais baixos entre todos os estados da federação visto que o governo de tal estado não cumpre a Lei nº 11.738/2008 que institui um Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os servidores de educação (ver tabela a seguir).

*Tabela 1- Defasagens Salariais*

Defasagem salarial do magistério no Rio Grande do Sul				Defasagem salarial do magistério no Rio Grande do Sul			
Vencimento Básico do Magistério do Rio Grande do Sul (nov/14)	Estimativa da tabela considerando Piso Nacional R\$2.135,64 40hs (jan/16)	Estimativa que o professor deixa de receber* com o não pagamento do piso (jan/16)		Vencimento Básico do Magistério do Rio Grande do Sul (nov/14)	Estimativa da tabela considerando Piso Nacional R\$2.135,64 40hs (jan/16)	Estimativa que o professor deixa de receber* com o não pagamento do piso (jan/16)	
	20 horas				40 horas		
Classe	Nível 1		Classe	Nível 1			
A	630,10	1.067,82	437,72	A	1.260,20	2.135,64	875,44
B	693,11	1.174,60	481,49	B	1.386,22	2.349,20	962,98
C	756,12	1.281,38	525,26	C	1.512,24	2.562,77	1.050,53
D	819,13	1.388,17	569,04	D	1.638,26	2.776,33	1.138,07
E	882,14	1.494,95	612,81	E	1.764,28	2.989,90	1.225,62
F	945,15	1.601,73	656,58	F	1.890,30	3.203,46	1.313,16
Classe	Nível 2		Classe	Nível 2			
A	724,61	1.227,99	503,38	A	1.449,22	2.455,99	1.006,77
B	797,07	1.350,79	553,72	B	1.594,14	2.701,58	1.107,44

C	869,53	1.473,59	604,06	C	1.739,06	2.947,18	1.208,12
D	941,99	1.596,39	654,40	D	1.883,98	3.192,78	1.308,80
E	1.014,45	1.719,19	704,74	E	2.028,90	3.438,38	1.409,48
F	1.086,91	1.841,99	755,08	F	2.173,82	3.683,98	1.510,16
Classe		Nível 3		Classe		Nível 3	
A	819,13	1.388,17	569,04	A	1.638,26	2.776,33	1.138,07
B	901,04	1.526,98	625,94	B	1.802,08	3.053,97	1.251,89
C	982,95	1.665,80	682,85	C	1.965,90	3.331,60	1.365,70
D	1.064,86	1.804,62	739,76	D	2.129,72	3.609,23	1.479,51
E	1.146,78	1.943,43	796,65	E	2.293,56	3.886,86	1.593,30
F	1.228,69	2.082,25	853,56	F	2.457,38	4.164,50	1.707,12
Classe		Nível 4		Classe		Nível 4	
A	945,15	1.601,73	656,58	A	1.890,30	3.203,46	1.313,16
B	1.039,66	1.761,90	722,24	B	2.079,32	3.523,81	1.444,49
C	1.134,18	1.922,08	787,90	C	2.268,36	3.844,15	1.575,79
D	1.228,69	2.082,25	853,56	D	2.457,38	4.164,50	1.707,12
E	1.323,21	2.242,42	919,21	E	2.646,42	4.484,84	1.838,42
F	1.417,72	2.402,60	984,88	F	2.835,44	4.805,19	1.969,75
Classe		Nível 5		Classe		Nível 5	
A	1.165,68	1.975,47	809,79	A	2.331,36	3.950,93	1.619,57
B	1.282,24	2.173,01	890,77	B	2.564,48	4.346,03	1.781,55
C	1.398,81	2.370,56	971,75	C	2.797,62	4.741,12	1.943,50
D	1.515,38	2.568,11	1.052,73	D	3.030,76	5.136,21	2.105,45
E	1.631,95	2.765,65	1.133,70	E	3.263,90	5.531,31	2.267,41
F	1.748,52	2.963,20	1.214,68	F	3.497,04	5.926,40	2.429,36
Classe		Nível 6		Classe		Nível 6	
A	1.260,20	2.135,64	875,44	A	2.520,40	4.271,28	1.750,88
B	1.386,22	2.349,20	962,98	B	2.772,44	4.698,41	1.925,97
C	1.512,24	2.562,77	1.050,53	C	3.024,48	5.125,54	2.101,06
D	1.638,26	2.776,33	1.138,07	D	3.276,52	5.552,66	2.276,14
E	1.764,28	2.989,90	1.225,62	E	3.528,56	5.979,79	2.451,23
F	1.890,30	3.203,46	1.313,16	F	3.780,60	6.406,92	2.626,32

FONTE: <http://cpers.com.br/wp-content/uploads/2015/06/20160216-simulacaoEstimativasTabelasDeVencimentosMagisterioEServidores.pdf>

Diante deste contexto, onde a remuneração dos trabalhadores na educação em geral é menor que outras profissões e os professores da educação básica do Rio Grande do Sul estão entre os piores remunerados entre todos os estados pelo não recebimento do piso salarial, o parcelamento dos salários, extremamente defasados, vem para a classe como a “gota d’água”. Muitas escolas tiveram o total de professores paralisando suas atividades e nem abriram as portas nos dias paralisados.

Se considerarmos que a decisão de aderir ou não à greve, na área da educação, é uma decisão na maioria das vezes individual, visto que a quantidade de profissionais e escolas existentes no estado do Rio Grande do Sul é muito grande e os posicionamentos são muito divergentes (ficando a critério de cada trabalhador decidir aderir ou não ao movimento), podemos identificar que, diferente de outros anos, os movimentos de paralizações no ano de 2015 teve forte adesão da classe de trabalhadores na área da educação, tornando homogênea a atuação da grande maioria da classe. Segundo relatos, muitos profissionais que nunca haviam aderido a greves, nesta vez, modificaram seus

posicionamentos, demonstrando uma mudança de percepção e consequente maior engajamento.

Por fim, destaca-se no movimento a junção com trabalhadores de outras áreas de atuação que apresentam demandas de classe semelhantes. A junção destes trabalhadores na forma de “greve unificada” ou “Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado”, como foi denominada pelas categorias, teve forte impacto nos movimentos e atos de protesto. Os professores e funcionários de escolas junto a policiais e mais de quarenta outras categorias encontraram, entre suas pautas, fatores semelhantes e se associaram para a defesa do que consideravam seus direitos. Para Touraine este fenômeno é característica dos movimentos sociais, visto que eles estão acima das classes e podem absorvê-las. Assim, para o autor, um movimento social é maior que qualquer classe social e através de pautas semelhantes, diferentes classes de trabalhadores podem se associar na busca de direitos.

### 3.1. QUANDO O RECONHECIMENTO ENTRA EM PAUTA

#### **CENA:**

“O dia era primeiro de setembro de 2015 e o local: Auditório da Escola Estadual de Ensino Médio Setembrina, uma das escolas mais antigas de Viamão. A assembleia, de caráter regional (Viamão, Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha e Glorinha), tinha como objetivo debater e levar ao núcleo central do CPERS as demandas e posição dos professores e funcionários em relação ao chamado de greve geral, por tempo indeterminado. Tal assembleia foi organizada em conjunto entre o núcleo 22 do CPERS e grupo autônomo de professores, através de reuniões anteriores no núcleo do sindicato, em escolas e também através de grupos de discussão em redes sociais.

No auditório havia aproximadamente 250 pessoas. A maioria estava sentada em fileiras de frente para o palco do auditório onde estavam sentados, em conjuntos de mesas e classes, os representantes do sindicato e diretores de escolas. Havia também, muitas pessoas em pé, escoradas na parede esquerda do auditório, pois não havia mais lugares disponíveis para sentar. No local estavam presentes professores, funcionários, alunos, crianças pequenas e também vereadores do município. Havia grande expectativa dos professores em

relação às definições que ali estavam para ser tomadas e também em relação à assembleia geral com todos os núcleos e servidores de todo o estado que seria realizada, na semana seguinte, no Auditório Pepsi On Stage e definiria o rumo do movimento de greves.

Durante a reunião, houve muitas falas. Além dos organizadores do evento, representantes do sindicato e direção de escolas, também foi aberto o microfone para a fala de trabalhadores e alunos que ali estavam presentes e queriam se pronunciar. Todas as falas se destinaram a abordar as condições das escolas, sobre a infraestrutura, sobre a merenda, sobre as condições salariais dos professores, sobre o piso salarial, sobre o plano de carreira da classe, sobre as ações do atual governo estadual do Rio Grande do Sul, sobre o parcelamento dos salários e etc. Todos os discursos se mostravam em sincronia e eram aplaudidos e registrados através de fotografia. Todavia, alguns discursos despertavam no público uma euforia, uma aprovação que se destacava. Tal reação mais acalorada, mais expressiva do público não se pode dizer que tenha vindo por uma possível melhor qualidade de argumentos, visto que as falas iam se complementando e algumas pessoas pareciam ter maior facilidade para falar em público. Este último fator, com certeza, tem relevância; porém, com o decorrer dos discursos foi possível observar que as falas que mais causavam reação no público eram aquelas que se utilizavam de palavras muito específicas para legitimar o movimento de paralização. Ao incluir as palavras direito, respeito e dignidade em seus discursos não se ganhava apenas aplausos e fotografias. Tais palavras causavam ao público além do levantar da cadeira, o grito de concordância, os aplausos por um tempo muito maior e interrupção da fala das pessoas, caso elas ainda não tivessem encerrado seu discurso”.

Para Honneth, o conflito é intrínseco a intersubjetividade e a existência humana e pode ocasionar a luta moral por reconhecimento. A teoria do reconhecimento do autor afirma que:

São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003a, p. 156 apud MENDONÇA, 2007).

Axel Honneth identifica três formas de reconhecimento: o amor, a solidariedade e o direito. Para ele, a luta por reconhecimento sempre se inicia pelo desrespeito a alguma destas formas de reconhecimento. Quando observado os atos, as reuniões realizadas pelos trabalhadores, podemos observar que a conceituação de “luta por reconhecimento” de Honneth pode nos auxiliar a compreender o fenômeno. Os trabalhadores legitimam o movimento a partir de palavras como “dignidade, respeito e direito” e é possível fazer ligação com a forma de reconhecimento por “direito” do referido autor onde:

Toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política” (HONNETH, 2003a, p. 224 apud MENDONÇA, 2007).

Os professores e os funcionários de escolas, como indica Honneth, sentem que seus direitos foram desrespeitados. Quando o sujeito sente que seus direitos são desrespeitados isto influencia, até mesmo, no auto respeito do sujeito, visto que este passa a sentir-se inferior em relação aos outros que estão a sua volta. É tal desrespeito que impulsiona, para Honneth, a motivação para lutas sociais, à medida que outro (s) sujeito (s) impedem a realização daquilo que se entende por viver harmoniosamente ao pensar em direitos e deveres. Desta forma, o não recebimento de salários somado à baixa remuneração e ao sucateamento da educação, podem se mostrar como um conjunto de fatores que causam nos professores o sentimento de indignação, isto gera o conflito, e o ambiente político se mostra propício para isso.

As imagens e a transcrição da entrevista de uma professora a seguir nos mostram essa busca por reconhecimento:

*Figura 3 - Trabalhadores em Protestos*



Então assim oh, eu acredito que é um direito nosso e a gente tem se utilizar dele porque se a gente não partir desse caminho não tem como agente cobrar dos governantes aquilo que nosso direito que está sendo impedido né, a gente não está tendo o nosso reconhecimento, sendo mais desvalorizado do que a nossa categoria já é no decorrer dos *anos*.  
(Professora de series iniciais)

Para Honneth, é através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem fortificar suas capacidades e manter uma auto relação marcada pela integridade. Para que ocorra a auto relação positiva de si é crucial que o sujeito se veja reconhecido pelos sujeitos a sua volta. O fenômeno observado durante a pesquisa, através das falas e ações dos trabalhadores, mostra a existência desta necessidade por reconhecimento, por uma reação de resistência em relação a experiências que fazem com que exista o sentimento de injustiça e isto se torna razão de luta por aquilo que se acredita ser o correto.

### 3.2. A RELAÇÃO COM O SINDICATO

O CPERS-Sindicato foi fundado no ano de 1989 através da junção entre o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e o Sindicato dos trabalhadores em Educação. A inclusão dos funcionários de escola na entidade foi realizada em 1990.

Durante os 27 anos de existência do sindicato da categoria já houve 16 greves nas escolas estaduais gaúchas, como mostra a tabela 1 a seguir:

*Tabela 2- Histórico de Greves - CPERS Sindicato*

<b>Ano</b>	<b>Tempo de Greve</b>	<b>Conquistas</b>
<b>1979</b>	13 dias	Nomeação de 20 mil concursados e 70% de aumento salarial, parcelados.
<b>1980</b>	21 dias	Percentuais de reajustes salariais; abono de regência estendido à categoria; 2,5 salários mínimos; 25% do orçamento do Estado para a educação; e participação no Conselho Estadual de Educação.

<b>1982</b>	3 dias	Não intervenção do governador Amaral de Souza no CPERS e cumprimento do acordo feito em 1980.
<b>1985</b>	60 dias	2,5 salários mínimos escalonados; 13º salário; 35% da receita dos impostos para a educação, com pelo menos 10% para o plano trimestral de conservação e construção de escolas; e eleição de diretores de escola.
<b>1987</b>	96 dias	Garantia do plano de carreira; não discriminação dos aposentados; e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal que prevê a estabilidade a estes professores.
<b>1988</b>	9 dias	Unidocência; 95% de reajuste; aceleração da regularização do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções; e redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade.
<b>1989</b>	42 dias	54% de reajuste; publicação e pagamento das alterações de níveis; nomeação de três mil professores; e agilização do pagamento da unidocência.
<b>1990</b>	58 dias	105,42% de aumento salarial; garantia da reposição da inflação de maio, junho e julho; e revisão salarial em agosto.
<b>1991</b>	74 dias	191,61% de aumento salarial; retirada da proposta de abono;
<b>1997</b>	14 dias	Retomada das greves do magistério com ampla participação da categoria e com o apoio da comunidade
<b>2000</b>	32 dias	14,9% de reajuste parcelado; reajuste de 20% no vale-refeição; fim da sobreposição de níveis; criação de comissão para discutir a inclusão dos funcionários de escola no quadro da Secretaria da Educação e elaboração de um plano de carreira para os funcionários de escola; retomada dos debates acerca do plano de carreira; e governo compromete-se a não aumentar a contribuição para o IPE e à aposentadoria.
<b>2004</b>	29 dias	Garantia do IPE público; garantia da condição de dependência para cônjuges ou companheiros.
<b>2006</b>	37 dias	Reajuste de 8,57%, parcelado em cinco vezes; promoção de professores referentes a 2001 e compromisso de garantir a promoção de funcionários de escola de 1999; atualização dos repasses para as escolas; e suspensão dos contratos de gestão e do processo de municipalização da educação.
<b>2008</b>	15 dias	Retirada do regime de urgência de projeto que criava um rebaixado piso salarial estadual do magistério; e o compromisso da Assembleia Legislativa de não votar durante o recesso escolar nenhum projeto que retirasse direitos da categoria.
<b>2009</b>	6 dias	Manutenção dos planos de carreira da categoria e de outras importantes e históricas conquistas dos educadores da rede estadual de ensino.
<b>2011</b>	15 dias	A categoria aprovou uma campanha permanente de denúncia do governo Tarso, que descumpra a lei do piso, tenta implementar políticas que atacam a educação pública e os direitos dos educadores e não

---

cumpra o compromisso de criar, com uma lei estadual, o piso para os funcionários de escola.

---

FONTE: <http://cpers.com.br/greves/>

É possível identificar um número bastante expressivo de conquistas alcançadas através das greves realizadas. Em comparação ao número de anos de existência sindical e o número de greves já realizadas, verifica-se grande mobilização do professorado e dos funcionários de escola em greves que variam de 3 a 96 dias.

Em relação aos anos de 2015 e 2016 podemos fazer as seguintes considerações: No ano de 2015 a presença do sindicato da categoria, CPERS, nas ações do movimento se mostravam sempre presentes. Entre professores e funcionários grevistas a taxa de filiação ao sindicato parece bastante expressiva. Tanto nas assembleias, reuniões e protestos, a presença sindical esteve presente através de representantes dos núcleos ou através de símbolos como a bandeira do sindicato:

*Figura 4- Ato Viamão*



A imagem mostra o protesto de professores e funcionários de escolas estaduais que ocorreu nas ruas de Viamão. Nela observamos uma quantidade significativa de pessoas carregando a bandeira do sindicato (bandeiras amarelas). No entanto, mesmo com a forte presença sindical nas ações do movimento, a identificação entre sindicato e categoria vem se mostrando fragilizada, conforme argumentam alguns professores.



Durante o período de observação e participação, foi possível perceber a grande mobilização dos professores sem necessariamente a atuação do CPERS. Houve uma grande autonomia dos professores e funcionários em organizar reuniões e atos para discutir os rumos do movimento. Tais reuniões eram organizadas principalmente através de grupos no WhatsApp. Nas cidades de Viamão, Alvorada e Gravataí, a classe formou grupos de professores no aplicativo. Também foram criados grupos apenas para diretores de escolas no mesmo aplicativo como forma de organização e unificação de medidas a serem tomadas, frente às pressões e exigências das Coordenadorias Regionais de Educação. Observa-se que foi realizada uma rede de apoio e de informações simultâneas, por benefício do acesso a internet, que iniciou por iniciativa da base e os tornou protagonistas no movimento de greve. Evidencia-se que as novas tecnologias produzem a descentralização das iniciativas e a agilidade na coordenação de ações.

Um dos acontecimentos mais significativos, em 2015, em relação ao movimento de greve, foi a realização da Assembleia na Escola Setembrina em 01 de setembro de 2015, já mencionada anteriormente. Ela foi organizada pelos professores em conjunto com o sindicato, 10 dias antes da realização da Assembleia Geral organizada pelo sindicato no Pepsi On Stage. A reunião da categoria tinha como principal ação realizar a votação que iria identificar o percentual de professores favoráveis a greve, com termino previsto somente após as reivindicações da classe ser atendidas pelo governo, ou seja, por tempo indeterminado. Essa decisão dos trabalhadores seria levada até a reunião geral com o sindicato, nos dias subsequentes, para indicar a posição da classe para o sindicato antes da assembleia geral.

A imagem abaixo, pela quantidade de pessoas com a mão levantada no momento em que a mesa pergunta quais ali eram favoráveis à continuação da greve, indica que a maioria dos presentes votou pela continuação da greve e sem previsão de término.

*Figura 5: Votação Assembleia*



Após, a Assembleia Regional mostrada na imagem acima, houve na semana posterior a realização da Assembleia Geral com a direção do sindicato para decisão coletiva sobre a continuação da greve. Nesta assembleia, todavia, a decisão final foi pelo encerramento da greve. A decisão de término causou grande insatisfação da categoria, quando observada a cobertura da mídia e por manifestações orais e publicadas pelos trabalhadores, após o ocorrido. A carta, a seguir, mostra a insatisfação de parte da categoria com a direção sindical:

## CARTA AOS COLEGAS EDUCADORES

### Um Balanço Necessário da DC do CPERS

Realizamos, já no início do ano letivo, 3 dias de paralisação. Os ataques à educação e aos direitos, não só dos educadores, mas ao conjunto dos servidores públicos estaduais, segue ameaçado pelo governo Sartori. O que nossa categoria necessita é de uma greve por tempo indeterminado que aponte a necessidade de construção de uma grande Greve do conjunto dos servidores públicos estaduais. Em 2015, realizamos grandes atos, com mais de 30 mil trabalhadores, e a direção central do CPERS fez de tudo para que grandes paralisações unificadas não se transformassem em um movimento de greve por tempo indeterminado. A desculpa desses senhores era que nós não poderíamos entrar sozinhos em greve e deveríamos esperar que outras categorias entrassem também. Repudiamos, naquela época, esse argumento porque nós educadores, que somos a categoria mais organizada e com tradição de luta dos servidores públicos estaduais, deveríamos apontar o caminho e construir uma grande greve. A direção Central do CPERS não aproveitou a retomada da mobilização e permitiu que Sartori avançasse com sua agenda de ajuste, parcelamento de salários e retiradas de direitos.

### Novamente Os Mesmos Erros...

Não está claro, até o momento, o que defende a direção central do CPERS. O Conselho Geral de ontem não aponta nada de concreto e deixa a situação em aberto. Ao que parece a DC, que é da CUT, está mais preocupada com a defesa dos corruptos Dilma e Lula, e não com a construção da luta de nossa categoria. Nós não podemos confiar na DC e na maioria desse Conselho Geral que, após horas de debate, não apontou um caminho. Precisamos retomar o caminho da mobilização, com mais planárias nas escolas, zonais e núcleos, além da eleição de um amplo comando de Greve que possa fazer o que a DC não consegue mais: dirigir a categoria. Não temos acordo com a proposta apresentada de realização de uma nova assembleia geral em abril, devemos decidir o que fazer agora.

**Não temos outra saída que não seja a imediata deflagração de uma greve por tempo indeterminado, com Eleição de um Comando de Greve Estadual e posteriores assembleias regionais e zonais para eleger seus respectivos comandos. A conjuntura exige a tarefa de construir a greve, com paciência, dia a dia.**

### COMBATE CLASSISTA PELA BASE

Contato: 9360-0056/ 80569816

Para Souza (1997), "as representações que os professores elaboram sobre o sindicato evidenciam uma contradição entre lutas educacionais e lutas sindicais" (p. 157), de tal maneira que esses passam a encará-lo "como uma entidade desencadeadora de greves" (p. 151), o que por sua vez, desemboca em insatisfação por parte dos usuários da escola". (FERREIRA, 2006). Desta forma, o autor verifica uma insatisfação dos professores e funcionários em relação ao sindicato por verem neste uma atuação que não prioriza as demandas da classe e sim, demandas sindicalistas e deflagradores de greve. O que observamos no movimento dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, no que se

refere especificamente ao ano de 2015, se mostra um fenômeno em parte, diferente do que indica Souza. Podemos observar neste estudo de caso, que enquanto o sindicato optava por apoiar e defender frente ao governo a realização de pequenas paralisações ou greves com tempo determinado de início e fim, as bases, todavia, mostravam-se favoráveis a um movimento maior, dispostos a uma paralisação por tempo indeterminado, sem previsão de volta às atividades nas escolas. Assim, onde anteriormente uma parcela significativa de profissionais não concordava com o recurso à greve, na direção oposta, o sindicato enxergava neste recurso a melhor saída, se tornou diferente no ano de 2015 em que os papéis se inverteram: a classe do magistério defendeu a greve e o sindicato ao contrário, se mostrou resistente a deflagrar uma greve.

Tal fenômeno recente trouxe para a categoria a mesma percepção a que se refere Souza, todavia no sentido inverso. Anteriormente há a percepção da classe em não se sentir representada por ações de greve iniciadas pelo sindicato. Todavia, atualmente, os trabalhadores passaram a se ver representados por uma ação de greve que, no entanto, não foi admitida pelo sindicato.

Assim, por razões diferentes, podemos observar que para a categoria há o sentimento de que o sindicato não representa os interesses desta. No trecho de uma entrevista, uma professora afirma:

Acredito que não estão muito preocupados só com o lado do professor. Deve ter alguma política aí no meio, alguma coisa que eles já vão pras assembleias com as decisões tomadas. Muitas vezes a gente vai pensando que vai acontecer alguma coisa e a gente acaba voltando decepcionado e frustrado porque a gente viu que não é bem aquilo. Tem um jogo político muito grande entre eles dentro dos representantes, da direção. Não sei. Da a impressão que o olhar não é direcionado pra nós, pros professores, para aquilo que é o nosso desejo, para aquilo que deveria ser a vontade da maioria. E uma das questões foi a assembleia lá no Pepsi On Stage onde a gente viu claramente que o pessoal queria continuar e eles já estavam com a decisão de encerrar a greve (Professora de educação básica).

### 3.3. A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Para a melhor compreensão do fenômeno estudado, a percepção dos professores sobre o apoio dos estudantes e das famílias, e a percepção dos próprios estudantes sobre o movimento, se mostra essencial.

Para os professores que expuseram este tema, seja nas entrevistas ou em falas de reuniões, a percepção da comunidade escolar sobre as greves tem sido muito positiva. O apoio de pais e alunos aos professores e funcionários tem sido considerável. Esta percepção do professor para com a comunidade escolar tem como exemplo o trecho abaixo:

As famílias, elas estão entendendo melhor, os próprios alunos estão entendendo melhor. Apoiando e vendo que a causa é justa. Que agente ta brigando por uma coisa que é o mínimo que agente precisar ter que é o nosso salário pago em dia. Então eu percebo que a comunidade, tanto por parte dos pais e dos alunos, eles estão cooperando com a gente. Estão entendendo, estão aceitando, pelo menos eu não soube de ninguém que tenha achado assim, ah é um absurdo os professores parar. Não soube de nenhuma situação assim (Professora de Educação Básica do Estado).

#### 3.3.1. AS REDAÇÕES

Para compreender quais as percepções dos estudantes sobre as paralizações foi lançada a proposta de elaboração de uma redação sobre o fenômeno. Para tal atividade houve apenas a orientação aos alunos de que os escritos seriam individuais, anônimos e que deveriam discorrer sobre as opiniões e percepções sobre o movimento dos professores. Assim, os alunos concordaram e utilizaram de seu material escolar para escrever a redação, folhas de caderno e caneta.

Além das percepções docentes sobre a sua própria atuação, a percepção estudantil sobre o que ocorre na escola também é importante para se compreender o fenômeno como um todo. A maioria das redações teve em torno de uma ou duas páginas e poucas fugiram do tema proposto. As redações

realizadas pelos estudantes mostraram possíveis semelhanças nas percepções de professores e estudantes e uma previsão de futuro que estava por vir.

Para a realização da análise de conteúdo sobre as redações foram definidas subcategorias, todas fazendo parte de uma categoria maior: percepção. A saber: prejuízos, eficácia, adesão e legitimidade. Essas subcategorias apareceram de forma marcante no conteúdo das redações. Abaixo podemos ver uma matriz de análise até o ponto de saturação.

*Tabela 3 Matriz de conteúdos existentes – Redações*

Redações	Categorias			
	Prejuízos	Eficácia	Adesão	Legitimidade
1	Sim	0	Sim	Sim
2	Sim	0	Não	Sim
3	Sim	Não	0	0
4	Sim	Sim	0	Sim
5	Não	Pouca	Sim	Sim
6	0	0	0	Sim
7	Sim	0	0	Sim
8	Sim	0	0	Sim
9	Sim	Sim	0	Sim
10	Sim	0	0	Não
11	0	0	0	Sim
12	Sim	0	0	Sim
13	Sim	0	0	Sim
14	0	0	0	0
15	Sim	0	0	Sim
16	Sim	0	0	Sim
17	Sim	Não	0	0
18	Sim	0	0	Sim
19	Sim	0	0	0
20	Sim	Não	0	Não
21	Sim	0	0	Sim
22	Sim	0	0	0
23	Sim	0	0	0
24	Sim	Sim	0	Sim
25	Sim	0	0	Sim
26	Sim	Sim	0	Sim
27	Sim	Não	0	Sim
28	Sim	0	Sim	Sim
29	Sim	Sim	0	Sim
30	Sim	0	0	Sim
31	Sim	0	0	Sim

32	Sim	0	0	Sim
33	Sim	0	0	Sim
34	Sim	Sim	0	Sim
35	Sim	Sim	0	Sim
36	Sim	0	0	0
37	Sim	Sim	0	Sim
38	Sim	0	0	0
39	Sim	Sim	0	Sim
40	Sim	Sim	0	Sim
41	Sim	0	0	Não
42	Sim	Sim	0	Sim
43	Sim	0	0	Sim
44	Sim	0	0	Sim
45	0	Sim	0	Sim
46	Sim	Sim	0	Sim
47	Sim	Sim	0	Sim
48	Sim	0	0	0
49	Sim	Sim	0	Sim
50	Sim	Sim	0	Sim
51	0	Sim	0	Sim
52	0	Sim	Sim	Sim
53	Sim	0	0	0
54	Sim	Sim	0	Sim
55	Sim	Sim	0	Sim
56	Sim	Sim	0	0
57	Sim	0	0	Sim
58	0	0	0	Sim
59	Sim	0	0	0
60	Sim	0	0	0
61	Sim	0	0	0
62	Sim	Sim	Sim	Sim
63	Sim	Sim	0	Sim
64	Sim	0	0	Sim
65	Sim	0	0	0
66	Sim	0	0	0
67	Sim	Sim	0	Sim
68	Sim	Sim	0	0
69	0	0	0	0
70	Sim	Não	0	Sim
71	0	Sim	Sim	Sim
72	0	Sim	Sim	Sim
73	Sim	Não	0	Sim
74	Sim	Sim	0	Sim
75	Sim	Sim	0	Sim
76	Sim	Sim	0	Sim

77	Sim	Sim	Sim	Sim
78	0	Sim	Sim	Sim
79	0	Sim	0	Sim
80	0	0	0	0
81	0	0	0	0
82	Sim	Sim	0	Sim
83	0	Sim	0	Sim

A partir da tabela acima é possível identificar que, na grande maioria das redações, podemos encontrar construções relacionadas aos prejuízos que as manifestações trazem para a rotina da escola e dos estudantes. Tal discurso é extremamente marcante e em várias redações acaba por se tornar conteúdo único (ou quase único) em todo o percorrer da escrita. O trecho, a seguir, é ilustrativo:

O que eu acho da greve é que ela nos prejudica na escola porque talvez temos que recuperar as aulas nos sábados ou no verão e os horários de aula são reduzidos por conta da greve (sexo feminino, Ensino Fundamental)

A greve por um lado acaba prejudicando os alunos por causa que tem que recuperar nas férias ou no fim de semana e acaba atrasando provas, entrega de trabalhos e etc. e alguns professores não querem dar aula nos finais de semana e os alunos que estão com notas baixas acabam rodando. (17 anos, sexo masculino. Oitavo ano).

A eficácia das paralizações já se mostra diferente e controversa. Muitas redações não abordam esta subcategoria. Já entre as que abordam, a maioria acredita haver eficácia e outros afirmar não haver ou haver pouca eficácia, como mostram os trechos:

Na minha opinião, a greve nesse caso não vai funcionar. Se trabalha ganha parcelado e se não trabalha além de ganhar parcelado ainda vão ser descontados os dias não trabalhados e a situação piora. Também, não sei de outro jeito, não entendo muito disso, mas não acho justo o povo pagar o preço. (22 anos, sexo feminino. Ensino Médio)

[...] se adiantasse essa greve que os professores estão fazendo, mas não parece que ta adiantando e acho que é isso. Concordo com os professores, mas não concordo com a greve. (13 anos, sexo feminino. Oitavo ano).



A subcategoria de legitimidade do movimento dos professores é construída pela grande maioria das redações. O sentido construído é relacionado a direitos, principalmente o recebimento do salário negado aos professores como mostra o trecho:

Sobre essa greve eu acho que os professores são mais que certos, acho que eles devem lutar pelos seus direitos, não é justo trabalhar o mês inteiro e não receber [...] (16 anos, sexo feminino. Ensino médio).

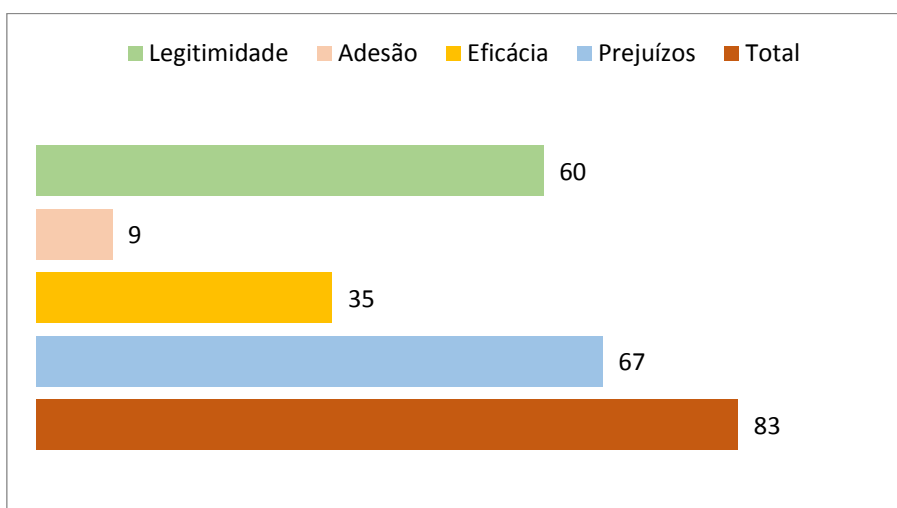
No que se refere à adesão à greve, verificou-se um número muito pequeno de redações que discorreram sobre o assunto. Todavia, os que neste ponto chegaram demonstraram grande entusiasmo para tratar do assunto e apoio como mostra os trechos abaixo:

Nós devemos sair ao lado dos professores para esta luta para que possamos conseguir os direitos deles e os nossos de aprendizado. Nós falarmos aqui é fácil, dizer que apoiamos, mas devíamos mobilizar os alunos e sair pra rua e pressionar o governo. Devemos lutar pelos direitos dos nossos professores. [...] Vamos juntos à luta professores e juntos venceremos! (16 anos, sexo masculino. Ensino Médio).

O que eu acho sobre a greve é que é o direito dos professores e não só deles, também dos alunos, pois eles não estão lutando só por eles, também estão lutando pelos direitos dos alunos, que podem ser provavelmente trabalhadores como eles. Eu acho sim que os alunos devem lutar protestar, porque o que está acontecendo com os professores hoje pode acontecer conosco no futuro. (13 anos, sexo: feminino, oitavo ano).

Vale considerar que o contexto em que as redações foram realizadas era de uma forte mobilização estudantil contrária ao fechamento de escolas no estado de São Paulo. O gráfico e a tabela a seguir, também nos auxiliam a perceber as proporções que tais categorias aparecem nos textos:

*Tabela 4- Frequência das Categorias*

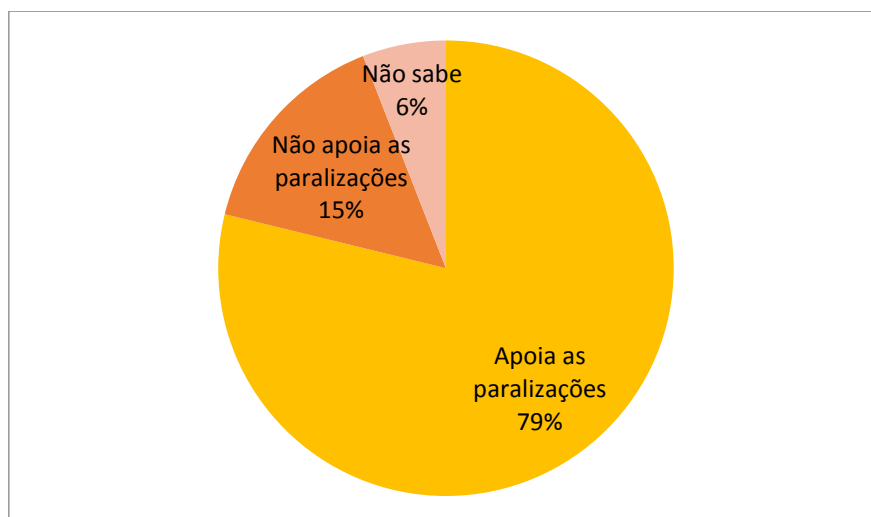


*Tabela 5- Frequência de Aparição de Categorias*

Redações	Prejuízos	Eficácia	Adesão	Legitimidade
	80%	42%	10%	72%

As redações também trazem alguns outros apontamentos importantes como mostra o gráfico a seguir:

*Figura 6: Percentual de Apoio a Greve*



A partir do gráfico podemos observar que 79% dos estudantes que realizaram a redação eram favoráveis à greve e apoiavam os trabalhadores. Do total, 15% não apoiava e 6% não tinha uma opinião formada sobre o assunto.

Com isso, verificamos que a grande maioria apoiava a decisão dos professores e funcionários no período da execução da atividade.

#### 4. NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

Acho que se a minha geração tivesse feito isso que eles estão fazendo agora eles não estariam passando por isso que está acontecendo agora. Eu acho que se chamarem os pais para virem para cá também muitos vêm. Na minha geração nós não tínhamos apoio para esse tipo de movimento na escola. Onde estudei, os alunos tentaram fazer um grêmio estudantil duas vezes, mas não tivemos o apoio da direção. (Mãe de aluna de escola ocupada)

Com o início do ano 2016 e a continuação das ações do governo do estado em parcelar os salários dos servidores continuaram as ações de paralizações. Assim como em 2015, no início do ano letivo, ocorreram paralizações de poucos dias nas escolas. Todavia, com a não admissão das demandas da classe e com as tramitações de ações e projetos de lei em circulação que afetam a educação, o sindicato decide por apoiar e iniciar uma greve por tempo indeterminado com decisão em assembleia no dia 13 de maio de 2016.

Todavia, a greve por tempo indeterminado, diferentemente de 2015, não parecia e não parece ter muitos adeptos. Enquanto que no ano anterior, durante as paralizações, havia escolas onde todos os professores e funcionários aderiam e conseqüentemente escolas ficavam totalmente fechadas durante os dias de paralizações e havia o desejo de que não se retornasse ao trabalho enquanto as demandas da categoria não fossem atendidas, neste ano, durante os dias de paralizações poucos trabalhadores, afirmou uma professora, estão aderindo e a grande maioria das escolas permanecem abertas e muitas com períodos normais durante os dias paralisados. Professores descrevem que no ano de 2015 o sindicato alugava ônibus para levar os professores e funcionários para os atos da categoria e estes tinham a capacidade máxima de passageiros atingida. Entretanto, nos atos recentes de 2016, o sindicato aluga por vezes apenas vans, que tem capacidade de passageiros bem inferior aos ônibus, mesmo assim sobram lugares nestas vans.

Neste cenário onde, de 2015 para 2016 houve um processo de enfraquecimento do movimento de greve, começou a surgir um movimento onde o protagonismo surge dos estudantes.

#### 4.1. OCUPAÇÕES

CENA:

“O dia era 19 de maio de 2016. O local, a Escola Estadual de Ensino Médio Farroupilha, localizada em Viamão, a mesma escola onde eu fiz os dois estágios obrigatórios de docência. Era uma manhã bastante fria, por volta das dez horas da manhã. O ambiente inicialmente estava dividido. Na sala de professores estava ocorrendo reunião entre professores e representantes do sindicato. No pátio ocorria à assembleia sobre as ocupações dos estudantes. A reunião dos professores iniciou primeiro, então me desloquei para lá inicialmente. Havia muitos professores na sala, não havia cadeiras para todos, então muitos estavam em pé. Naquele momento, a fala era de um dos representantes do núcleo do sindicato que representa os trabalhadores da cidade. O grande intuito da reunião era mobilizar os professores a aderir à greve, visto que poucos ali eram grevistas. Após sair da reunião, já no pátio, vi os alunos e alguns professores se organizando para iniciar a plenária. A maioria dos estudantes de anos finais do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio estavam presentes. Na parte coberta do pátio da escola foi colocada uma caixa de som e se organizou o espaço para que os estudantes que iriam falar ao público permanecessem. Formou-se, assim, um círculo na volta do palco. Pronunciou-se, primeiramente, um estudante representando a escola de Porto Alegre Padre Réus (escola que estava sendo ocupada). Ele trouxe seu posicionamento em relação aos acontecimentos políticos do país e as pautas da ocupação de sua escola, bem como a organização desta ocupação. Após, falaram três alunos da escola Estadual Francisco Canquerine, da área rural de Viamão, que abordaram sobre as condições de infraestrutura das escolas, sobre a legitimidade e apoio da greve dos professores e a intenção de também ocupar a sua escola. Neste intervalo de tempo a reunião dos professores já havia encerrado e os mesmos também estavam no pátio ouvindo os alunos falarem. Logo em seguida, dois

alunos de escola expuseram os problemas de infraestrutura e problemas relacionados à merenda da Escola Adônis dos Santos. Falou também um estudante da escola Setembrina sobre o apoio às ocupações. Entre as falas, destaca-se entre os alunos que ouviam, a ação de três estudantes da escola. Estes levantavam uma folha de caderno, onde estava escrita, a caneta, a seguinte frase: Bolsonaro, Presidente 2018. Os alunos pediram para que o fotógrafo que estava cobrindo a assembleia tirasse foto do cartaz. O mesmo, demonstrando desconforto, tirou a foto dos garotos levantando o cartaz como solicitado.

Após as falas dos estudantes das escolas visitantes que foram bastante aplaudidos, dois alunos da escola Farroupilha pediram a palavra, os dois eram estudantes do ensino médio, e, inclusive, foram meus alunos no período do estágio. O primeiro relato trouxe a visão sobre os acontecimentos políticos do Brasil, sobre as greves, as condições de infraestrutura da escola e apoio às ocupações. Ele foi muito aplaudido pelos colegas da escola. Após, o mesmo aluno que segurava o cartaz de apoio a Bolsonaro pediu a fala e em meio à revolta dos estudantes que estavam ali presentes versou sobre sua posição contrária as ocupações e greves dos professores, defendeu que tais manifestações não teriam eficácia e que as mudanças deveriam ser cobradas dos deputados. Acrescentou ainda que o “remédio é amargo”, demonstrando concordância com as ações governamentais atuais. Após a fala, o aluno é aplaudido e elogiado por professoras não grevistas que estavam a ouvi-lo. Ao final da fala dos alunos, professores se pronunciaram em relação ao movimento de greve e de paralizações. No fim, aproximadamente meio dia, os alunos conversaram em pequenos grupos, despediram-se, trocaram telefones para que pudessem se comunicar e organizar mais discussões sobre o assunto e alguns se deslocaram, assim como eu, para uma das escolas ocupadas de Viamão (Escola Estadual Isabel de Espanha) ”.

A reestruturação da rede estadual de ensino, anunciada pelo governo de São Paulo em setembro de 2015, previa o fechamento de 93 escolas e divisão das escolas em ciclos: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A ocupação de mais de 200 escolas por estudantes levou o governo a suspender

a medida no dia quatro de 4 de dezembro de 2015. Tais ocupações caracterizam-se por: permanecer na escola por tempo indeterminado durante dia e noite. Na escola, estudantes almoçavam, lanchavam, jantavam, cuidavam da manutenção, da limpeza, da segurança e etc.. Não haviam aulas nas escolas e os portões ficavam trancados. Após essa breve contextualização dos movimentos de ocupação de escolas em São Paulo, voltamo-nos para os acontecimentos que estão a ocorrer no Rio Grande do Sul, em um momento onde os professores estão entrando em greve por tempo indeterminado e alunos estão ocupando o espaço escolar.

O primeiro a ser ocupado foi o Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot, de Porto Alegre, em 11 de maio de 2016. No dia 13 de maio eram 7 escolas ocupadas, no dia 16 eram 20 escolas e no dia seguinte, o dobro. Já, no dia 19 o movimento já contava com mais de 100 e no dia 01 de junho eram 158 escolas ocupadas. As ocupações que começaram em Porto Alegre rapidamente se espalharam para as outras regiões do Estado, totalizando mais de 30 municípios com escolas ocupadas. Tais ocupações se caracterizam como determinantes na paralização completa das aulas visto que muitos professores não estão em greve.

Neste fenômeno, destaca-se a grande mobilização dos estudantes através das redes sociais que são muito utilizadas pelo movimento. No *Facebook*, por exemplo, foram criadas duas páginas que se destacaram na cobertura de informações sobre as ocupações. Além disso, a maioria das escolas também tem a sua própria página para informações sobre a ocupação.

*Tabela 6- Páginas no Facebook*

Comunidade	Criada em:	Descrição da Página:	Número de curtidas na pagina
<b>Ocupa Tudo RS</b>	11/05/16	Rede de apoio as ocupações do RS. Página para divulgação de notícias e informações	09/06/16: 16.077
	12/05/16	Página criada para ajudar a divulgar a luta das escolas gaúchas contra os	09/06/16: 6.209

<b>Escolas Gaúchas em Luta</b>	cortes na educação e os desmandos dos governos!	
--	---	--

Entre as demandas dos estudantes estão principalmente as questões relacionadas à infraestrutura das escolas, condições físicas das salas de aula, refeitórios, áreas de recreação; assim como a falta de professores de determinadas matérias e também a má qualidade da merenda ou a não existência de merenda nas escolas. Destaca-se também a defesa das demandas reivindicadas pelos professores, elas também estão presentes nas reivindicações dos estudantes. A carta, a seguir, mostra a linha de reivindicações que os estudantes vêm aderindo e utilizando como ferramenta a ocupar escolas:

**CARTA ABERTA À COMUNIDADE ESCOLAR DA EEEM NÍSIA FLORESTA**

*Queridos alunos, professores, funcionários e demais responsáveis que participam de nossa comunidade escolar.*

*Os alunos dessa escola resolveram através de uma assembleia realizada no dia 16 de maio de 2016, nas dependências desta instituição, participar do movimento de ocupações das escolas, em solidariedade à Greve Geral dos Professores. Todos sabemos que os professores e as escolas estaduais vem sofrendo ataques do governo há muito tempo, mas que aumentaram durante o governo do Sr. José Ivo Sartori.*

*Os professores sofrem com o parcelamento de salários, muitos ainda não receberam seu 13º salário, não recebem aumento salarial para acompanhar as perdas com a inflação, estão perdendo várias vantagens que ajudam suprir suas necessidades, podem ser prejudicados no seu plano de carreira, estão passando dificuldades pois a escola não recebe em dia os recursos para a sua manutenção, para aquisição de materiais (como folhas, xerox, canetas de quatro, etc.), sem contar nos materiais de higiene pessoal, limpeza e com os atrasos dos repasses da merenda escolar que não sofre reajuste há muito tempo. Eles fazem verdadeiros milagres e merecem nosso apoio e de toda a comunidade escolar.*

*Queremos informar também que essa ideia partiu de um grupo de alunos do ensino médio do turno da manhã, é uma manifestação pacífica, que tem apoio das famílias, e é extremamente democrática e responsável. Aproveitamos o momento desta manifestação para cobrar do governo melhorias de extrema necessidade para a qualidade de nossa educação.*

*Nossas exigências são:*

- Construção imediata de uma quadra poliesportiva, com cobertura para os dias chuvosos*
- Contratação de professor de Língua Inglesa*
- Reforma no salão coberto da escola*
- Aumento de áreas cobertas no pátio para os dias de chuva*
- Contra a possível privatização e terceirização de setores da escola*
- Climatização imediata do prédio provisório da escola com ar condicionado*

*-Conserto ou colocação de ventiladores nas demais salas de aula*

*Sendo assim convidamos a todos para uma nova assembleia geral que será realizada no dia 19 de maio de 2016, às 19:00 hs na escola.*

*Att. Comissão do Movimento Nísia na Luta*

FONTE: Página do Facebook “Nísia na Luta”.

As ocupações nas escolas estão ocorrendo, em geral, de maneira muito organizada (ver anexo 1) e o que mais se destaca é a tomada de iniciativa dos estudantes como mostra o trecho a seguir:

Os professores pareciam estar reprimidos, acho que eles queriam greve, mas estavam sem coragem. Nós alunos que dissemos que não iríamos ter aula. A ação partiu de nós. Quando decidimos fazer o protesto na sinaleira fomos e dois professores decidiram ir quando nos viram lá. (Aluna de escola ocupada).

Mesmo com uma adesão à greve bem inferior ao ano de 2015 por parte dos professores, verifica-se, que os grevistas em 2016, tem se juntado aos alunos e realizado muitas ações em conjunto. O trecho a seguir mostra o apoio de parte dos professores às ocupações. Já na a figura 7, observamos um entre vários atos dos trabalhadores em educação e estudantes que vem ocorrendo.

Não podemos fechar a escola de dia, em respeito aos alunos, principalmente os pequenos, então quem quiser entrar entra... eu coloquei os alunos que queriam ocupar no meu carro e fui de casa em casa pedindo a autorização dos pais e temos também o ofício da brigada visto que os alunos ficaram aqui na madrugada e temos que garantir a segurança de todos. (Professora de escola ocupada)

*Figura 7- Ato Unificado: Professores e Estudantes*



FONTE: <http://cpers.com.br/greve-ato-dia-24-de-maio/>



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os fenômenos aqui trabalhados não é possível se fazer conclusões, visto que estes não cessarão, pelo contrário, estão ocorrendo e de forma muito intensa. Coube então realizar alguns possíveis apontamentos que ajudam a compreender um pouco deste fenômeno atual.

Os movimentos dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul ou de qualquer outra parte do Brasil existem há muitos anos e tem, ao longo do tempo, tornado a sua causa cada vez mais legítima tanto pela própria categoria como pela comunidade escolar e o restante da sociedade. O engajamento no movimento pelos trabalhadores se mostra significativo e essencial para a luta por demandas e, como dizem os próprios trabalhadores, por direito, respeito e dignidade. A legitimidade da causa se mostra presente pelo grande apoio dos estudantes e da comunidade escolar em geral e também da unificação com outras categorias de trabalhadores. A autonomia dos trabalhadores também mostra o quanto é forte a ação do movimento, visto que, por vezes, a representatividade do sindicato não se mostrou presente para a classe. Notamos que a percepção e o engajamento da categoria no movimento podem ter influenciado nesta mudança de posição junto ao sindicato, onde anteriormente o papel do professor era reivindicar, mas uma parcela significativa não concordava com o recurso à greve e, por outro lado, o sindicato enxergava no recurso à greve a melhor saída. Podemos relacionar o fator salarial e organizacional da carreira, somado aos parcelamentos, a principal reivindicação da categoria, e sobretudo a busca pelo reconhecimento de seus direitos como o componente dessa mudança de percepção sobre a greve e paralizações e como principal motivador de engajamento no movimento.

Por fim, destaca-se também a entrada muito intensa dos estudantes neste cenário, apoiando seus professores, mas também reivindicando suas próprias pautas e demonstrando muito interesse pelas questões públicas, políticas e culturais do seu contexto. Embora, exista as diferenças entre os contextos estudantis, onde alguns estudantes não sabem exatamente como alcançar seus objetivos, outros, entretanto, aparentam muita convicção, foco e experiência o que mais se destaca é o brilho nos olhos de estudantes que estão famintos por

ação, pela chance de serem ouvidos e mostrarem que são capazes de criar, de organizar, de escolher, de decidir e de lutar.

## 6. REFERENCIAS

ANGROSINO, M. FLICK, U. Etnografia e Observação Participante. Artmed. Porto Alegre, 2009.

ARROYO, Miguel González. \_\_\_\_\_. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? Educação & Sociedade, São Paulo, n. 5, p. 5-23, jan. 1980.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Livraria Martins Fontes, São Paulo, Edição 70. 1979.

FERREIRA, M. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Universidade Federal de Pelotas.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos culturais em educação).

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. Revista ADUSP, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

MALFATTI, Selvino. Os Movimentos sociais em Alan Touraine. Revista Estudos Filosóficos, UFRSJ, Minas Gerais. 2011.

MENDONÇA, Ricardo F. Reconhecimento em debate: Os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado Habermasiano. Rev. Sociol. Polít. Curitiba, 29, p. 169-185, 2007

OLIVEIRA, Eliana. Et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação- Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003.

PERALVA, Angelina. E o movimento de professores da rede pública? Cadernos de pesquisa. (64) fev. 1988

PINTO, J. M. de R. Relatório do grupo de trabalho sobre financiamento da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.82, n.200/201/202, p.117-136, 2001.

TOURAINÉ. Alain. Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## 7. APÊNDICE

### Roteiro de Entrevista Semi Estruturada Questões

1. Eu queria que tu contasses um pouco qual é a tua percepção sobre essas greves, paralizações e protestos dos trabalhadores em educação que estão ocorrendo esse ano e gostaria também que tu me contasses quais são os impactos positivos ou negativos que tu observas na rotina da escola?
2. Dentro da comunidade escolar, onde podemos considerar tanto os professores, os funcionários, os alunos e os seus familiares existem diferentes formas de pensar e se posicionar mediante a vários assuntos da vida social. Qual tem sido a percepção dos alunos e de seus familiares sobre a greve que tu tens percebido?
3. Como foi o teu processo de decisão em aderir ou não a greve?
4. Sobre a adesão à greve. Você considera que de um modo geral os trabalhadores aderiram espontaneamente ou existe uma certa pressão para a adesão ou para a não adesão?
5. Com esse período de paralizações, a maioria das escolas, no período né, quando tem as paralizações, a maioria das escolas tem ficado fechada, sem atendimento interno, totalmente fechadas né. Algumas ficam parcialmente, mas enfim, tem escolas que ficam totalmente fechadas, sem aula, sem atendimento. Como você tem se informado sobre o andamento das decisões das escolas, dos sindicatos, dos colegas?
6. Tu és filiada ao CPERS? Como tu tem visto a atuação do CPERS?
7. Como tem sido dentro da escola e também em outros espaços como protestos, assembleias ou redes sociais a relação com os colegas de trabalho. Você diria que há uma unidade entre o grupo ou há posicionamentos muito diferentes, conflituosos?
8. Em tempos atuais onde grande parte da população tem acesso a internet, tu achas que as redes sociais podem ser uma ferramenta para auxiliar nessa organização e no fortalecimento desse movimento?

## 8. ANEXOS

### Anexo 1

Figura 8- Material para Ocupações.

**COMO OCUPAR UMA ESCOLA?**

- 1 ASSEMBLEIA**  
Reúna os estudantes da escola. Discuta a necessidade de protestar por melhorias ou pelo fim dos ataques do governo contra a educação. Construa um plano de ação com os colegas.
- 2 DIVULGAÇÃO**  
Nem todos participam das reuniões, mas podem participar das ações organizadas se souberem que elas vão acontecer. Organize passagens nas turmas, panfletagens na porta da escola e no intervalo.
- 3 OCUPAÇÃO**  
Se mesmo depois de muitas ações os problemas continuam, é hora de ocupar. Ocupações são difíceis, mas mostram a força dos estudantes e sua vontade por mudanças na escola e na educação.
- 4 ATIVIDADES**  
Numa ocupação, as aulas são dadas pelos próprios alunos. Organize debates, oficinas, exibições de filmes etc. Tudo que ajude você e seus colegas a entender melhor a própria escola, a sociedade ao redor e a necessidade de lutar.
- 5 ORGANIZAÇÃO**  
Ocupação não é bagunça. Crie equipes para cuidar da alimentação, da limpeza e da segurança - quem entra/sai da escola, quem conversa com a polícia etc. Ah, depois da ocupação, a escola deve estar do jeito que estava antes.
- 6 IMPRENSA**  
Não deixe apenas o governo ter voz. Em assembleia, os porta-vozes da ocupação deverão ser escolhidos. Eles darão a versão de vocês dos fatos para a imprensa. Vocês podem também criar seus próprios canais de divulgação, como uma página na internet.

FONTE: Página do Facebook "Ocupa Tudo RS".